



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

REGINA LÚCIA MOREIRA MENDES FERREIRA

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Regina Lúcia Moreira Mendes Ferreira

A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ----- de julho de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Nome completo do Professor- Avaliador

Prof^a Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira

Regina Lúcia Moreira Mendes Ferreira – Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente à Deus, que me deu forças para trilhar esse caminho, à minha família, meu esposo João e minha filha Bruna. A minha prima Daniele e à minha amiga Lalita, que sempre me motivaram durante o percurso.

RESUMO

A avaliação é uma instância do cenário escolar que serve como indicativo de como vai o processo de ensino-aprendizagem em sala de aula e como os alunos estão evoluindo dentro desse processo. Para que essa avaliação seja feita de forma correta e justa, ela deve estar bem evidenciada no Projeto Político Pedagógico da escola, e também, a própria escola deve estar atuando de acordo com a Gestão Democrática, ficando dessa maneira em primeira instância, o bem estar da comunidade escolar como um todo, não evidenciando apenas resultados. Assim, o presente trabalho procura situar o processo de avaliação da Escola Municipal Maria do Carmo Mendes dentro do contexto atual, apontando se a mesma está em sintonia com o novo panorama da avaliação.

Palavras-chave: Avaliação, Ensino-aprendizagem, gestão democrática.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1.AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR.....	08
1.10 PROCESSO DE AVALIAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL MARIA DO CARMO MENDES.....	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	12
REFERÊNCIAS.....	13
ANEXO Projeto Político Pedagógico.....	14

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise crítica do processo de avaliação adotado na Escola Municipal Maria do Carmo Mendes em comparação aos parâmetros atuais.

Para que essa análise seja feita, é importante destacar que os critérios e métodos de avaliação utilizados na referida escola estão descritos no Projeto Político Pedagógico construído pela mesma e são regidos pelo documento, assim como as demais instâncias escolares.

A avaliação é o meio pelo qual os professores têm subsídios necessários para entender como está o processo de ensino-aprendizagem do aluno, e também de auto avaliar seu próprio trabalho, através dos resultados.

Uma avaliação bem sucedida e feita levando em consideração os critérios corretos pode oferecer ao professor importantes informações para a sua prática e o seu planejamento, ajudando-o a nortear o caminho a ser seguido com cada aluno, e com a classe como um todo.

Para que isso aconteça, a escola e o professor tem que estar muito bem amparados teoricamente, compreendendo que o conjunto de referências sobre ações e estratégias avaliativas, ampliou-se bastante nas últimas décadas, mudando completamente o cenário.

Dessa maneira, a análise tem como finalidade verificar se os processos de avaliação na Escola Municipal Maria do Carmo Mendes estão de acordo com os parâmetros atuais, se são realmente planejados de acordo com os princípios da gestão democrática, e se tem em vista o bem estar e o desenvolvimento do aluno, não somente de forma quantitativa, mas qualitativa.

A metodologia de trabalho escolhida foi a de revisão bibliográfica, além de análise do Projeto Político Pedagógico, onde se encontra subsídios para embasar a nossa reflexão.

1. AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

Na última década, a avaliação educacional passou a ocupar lugar central nas políticas públicas de educação no Brasil.

A avaliação escolar, nos dias atuais, não leva em consideração apenas a nota que o aluno obtém na prova, que é aplicada após um período de explicações e trabalhos, e sim todo o processo de ensino-aprendizagem, levando em considerações os avanços, interesse, participação, além de todas as dimensões do indivíduo: cultural, social, biológica e afetiva, que fazem parte do processo integral da aprendizagem.

Segundo Betoni,

A avaliação constitui num processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas que permitem compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões e implicações, com vistas a estimular seu aperfeiçoamento. **(BELONNI, 2003, p 15)**

Dessa maneira, entende-se que, para que a avaliação seja bem sucedida, ela não pode levar em conta apenas um evento escolar, como um trabalho ou prova, mas todos os acontecimentos em torno disso. Tem que acontecer todos os dias, através de registros e observações. A avaliação não pode centrar-se apenas no final do processo de ensino-aprendizagem, mas permear todo o seu desenvolvimento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 1996, determina que a avaliação seja contínua e cumulativa e que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos.

Neste sentido, o papel da escola é desenvolver o aluno em todas as suas totalidades, e desenvolver métodos e ferramentas para isso, de modo a descobrir qual a dificuldade que o aluno está tendo em aprender, e também qual a maneira mais fácil para que esse aluno aprenda. A adaptação de métodos e conteúdos é de extrema importância para que se possa atingir a todos os alunos, extraindo deles o máximo de aprendizado.

Sobre isso, DEMO afirma que

Considerando que a avaliação tem por objetivo acompanhar a aprendizagem do aluno, os resultados devem oferecer diagnósticos mais

concretos que permitam intervenções alternativas e pertinentes. **(DEMO, 2002, p 140.)**

Dentro desse contexto, entende-se que o papel da avaliação na atualidade é de apontar onde deve haver melhoras, o que deve ser trabalhado, onde estão as falhas, não só dos alunos, mas também do professor, do planejamento ou dos métodos didáticos.

A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica. **(CALDEIRA, 2000, p. 122).**

Para que seja possível essa reflexão, com base no resultado da avaliação, é essencial conhecer cada aluno e suas necessidades. Assim o professor poderá pensar em caminhos para que todos alcancem os objetivos. O importante não é identificar problemas de aprendizagem, mas necessidades, uma vez que a escola deve ser um lugar em que todas as crianças possam ter as mesmas oportunidades, mas com estratégias diferentes.

Uma grande flexibilização de métodos, estratégias e formas de avaliar deve ser adotada, para que o aluno possa ser beneficiado e tenha mais condições de obter melhores resultados.

Numa avaliação não se pode considerar apenas os modelos tradicionais de provas e trabalhos, que podem causar nos alunos certa tensão e preocupação. O medo que o aluno tem da prova é um fator influente no seu desempenho. Se o professor utiliza a nota do teste como determinante do resultado final da avaliação, o aluno sofre uma pressão muito grande, porque o resultado da sua atuação vai ser considerado, apenas naquele momento.

HOFFMANN faz uma importante reflexão sobre esse assunto

Quando se controla para julgar, basta andar ao lado de alguém, observando, registrando, coletando provas do caminho que trilhou (...). Quando se acompanha para ajudar no trajeto, é necessário percorrê-lo junto, sentindo-lhe as dificuldades, apoiando, conversando, sugerindo rumos adequados a cada aluno. **(HOFFMANN, 2001, p 89)**

Quando falamos em avaliação, dentro das escolas, não somente o aluno e suas aprendizagens são avaliados, mas também o trabalho do professor. Essa

avaliação acontece permanentemente, pelos alunos, pelos outros professores e pelos pais. Sobre isso, uma importante reflexão deve ser feita, uma vez que, não é o professor o único responsável pelo fracasso ou sucesso no processo de aprendizagem do aluno.

É responsabilidade de todos os profissionais da escola a criação de um espaço coletivo para discussão e análise dos problemas de aprendizagem dos alunos, bem como a elaboração conjunta de planejamentos, sempre informada pelos dados pertinentes à formação contínua das crianças.

1.1 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL MARIA DO CARMO MENDES

Na Escola Municipal Maria do Carmo Mendes, de acordo com os princípios da Gestão Democrática, todas as instâncias escolares estão previstas no Projeto Político Pedagógico da mesma, que, foi reescrito com o intuito de atender às especificações e exigências da Gestão Democrática, para que, assim, pudesse ser ainda mais efetivo e, servir realmente como instrumento de consulta e decisão dentro da escola, beneficiando toda a comunidade escolar.

Sendo assim, o processo de avaliação também está previsto no Projeto Político Pedagógico da escola e acompanhado de todas as observações necessárias para que essa avaliação aconteça de forma correta, buscando cada vez mais priorizar os processos de aprendizagem dos alunos.

Na Escola, a avaliação é vista como um processo amplo, sistemático, periódico e contínuo e conta com uma rotina pré-definida, que vai sendo adaptada ao longo do ano, dependendo das necessidades de cada aluno.

De uma maneira geral, os alunos são avaliados ao longo de todo o ano, estabelecendo-se assim um acompanhamento do processo de aprendizagem dos mesmos, o que possibilita adotar algumas estratégias que servirão como auxílio para que o aluno possa melhor se desenvolver. São exemplo dessas estratégias:

- Recuperação paralela ministrada pelo professor regente;

- Atendimento diferenciado ministrado pelo professor recuperador;
- Acompanhamento dos pais.

Essas estratégias servem para que o aluno tenha oportunidade de trabalhar suas dificuldades ao longo do ano escolar. Contudo, além de servirem de indicativo para que as estratégias sejam adotadas, o acompanhamento e a avaliação dos resultados dos alunos devem possibilitar:

- Replanejamento didático, visando garantir o processo de ensino e aprendizagem;
- Permanente informação ao aluno de seu desempenho em relação aos objetivos do currículo;
- Planejamento dos estudos de recuperação de acordo com as necessidades do aluno;
- Fornecimento dos dados para auto avaliação da escola e informação à comunidade quanto aos resultados do trabalho escolar.

É importante ressaltar também que os resultados da avaliação devem ser submetidos à apreciação do Conselho de Classe, da Direção e Especialistas da escola, para fins de reorientação e encaminhamento devido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados obtidos, quando refletimos a respeito da situação atual dos processos de avaliação no cenário pedagógico, se compararmos com os métodos adotados na Escola Municipal Maria do Carmo Mendes, cujo Projeto Político Pedagógico acaba de ser reescrito, concluimos de forma positiva que, a escola vem reestruturando os métodos antigos de avaliação, e mostrando que, o mais importante no processo de ensino aprendizagem, é o crescimento do aluno, e não somente os resultados quantitativos através de notas de provas. Essas afirmações são baseadas nas informações retiradas do planejamento da escola e do Projeto Político Pedagógico, onde constam diversas alternativas e recursos que são utilizados em auxílio ao aluno, como recuperação paralela com o professor regente e com o professor recuperador.

Ainda mais importante que a tentativa de recuperar o aluno, é o entendimento da escola de que, se o aluno não aprender, alguma coisa na sala de aula tem que ser modificada, para se adequar as possibilidades do aluno, como vemos no caso do replanejamento utilizado na escola.

Esse é um indicativo de que a escola reconhece que também erra, e que também precisa que seus métodos, planejamentos e professores, passem por uma constante avaliação, para assim, estar preparada para avaliar o aluno e dar a ele condições para que possa ser avaliado de uma maneira correta e justa.

Dessa maneira, fica possível afirmar que a avaliação, não só no cenário atual, mas na Escola Municipal Maria do Carmo Mendes, tornou-se um processo elaborado e contínuo, que é feito ao longo de todo o ano escolar, não somente no momento de avaliação de conteúdo através de provas, mas também através de um acompanhamento do aluno, o que mostra como cada vez mais, vem sendo respeitado o aluno, como aprendiz.

REFERÊNCIAS

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de e SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. **Avaliação e processo de ensinoaprendizagem**. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v. 3, p. 53-61, set./out. -1997. - _____. Resignificando a avaliação escolar. In: _____. Comissão Permanente de Avaliação Institucional: UFMG-PAIUB. Belo Horizonte: PROGRAD/UFMG, 2000. p. 122-129 (Cadernos de Avaliação, 3). - CUNHA, Maria Isabel da. O Professor universitário: na transição de paradigmas. Araraquara, SP: JM, 1998.

DEMO, P. **Complexidade e aprendizagens: a dinâmica não-linear do conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2002.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover**. Porto Alegre: Medição, 2001.

LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LEI No. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O. U. de 23 de dezembro de 1996.

ANEXO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA
DO CARMO MENDES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
MARIA DO CARMO MENDES**

**KÊNIA SOUZA OLIVEIRA MENDES
REGINA LÚCIA MOREIRA MENDES FERREIRA**

BELO HORIZONTE

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
MARIA DO CARMO MENDES**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal e Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE**2013**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1 FINALIDADES DA ESCOLA.....	6
2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	9
2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ADMINISTRATIVA.....	9
2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E PEDAGÓGICA.....	21
3 CURRÍCULO.....	31
4 TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	35
5 PROCESSOS DE DECISÃO.....	39
6 RELAÇÕES E TRABALHO.....	42
7 AVALIAÇÃO.....	44
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	55
ANEXOS.....	56

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Maria do Carmo Mendes, que atende na modalidade de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano, foi criada pelo Decreto Lei nº. 136 de 13/11/1990 e pela Portaria nº. 564/91 MG de 03/08/1991 funcionando em prédio cedido pela Escola Estadual do Bairro da Barra.

Em 1996, a Escola Estadual foi municipalizada passando o prédio para o Município.

Em 1999, a Escola Municipal Maria do Carmo Mendes com a extensão de 1º ao 5º ano passou a ministrar o Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano pela Portaria nº 1.419/987-MG de 11/12/1998 no período matutino.

A Escola passou por várias reformas:

- **1994** - Construções de 04 (quatro) salas de aula e banheiros.
- **2006** - Construção de mais 04 (quatro) salas de aula, cozinha, banheiros, salas para supervisão, direção professores.
- **2008** - Reforma geral na Escola, construção de uma quadra poliesportiva e gabinete odontológico,
- **2010** - Construção de 01 (uma) sala Telecentro Comunitário - Programa de Inclusão Digital.

A Escola Municipal Maria do Carmo Mendes é mantida pela Prefeitura Municipal. Recebeu este nome em homenagem a Senhora Maria do Carmo Mendes, nascida em (08) oito de dezembro de 1902 (um mil novecentos e dois) no Bairro da Barra. Mais conhecida como Dona Sinhá, era filha de Maximiano Novais e Ana Esméria Mendes. Casada com Antônio Teixeira de Miranda, era uma dona de casa, que saiu do casulo para trabalhar junto ao marido no cultivo da terra. Enfrentou a luta na zona rural, sendo que naquela época era difícil uma mulher no comando. Ela e o marido eram grandes produtores de café, leite, tinham engenho de pinga e rapadura. O terreno para construção da escola foi doado por seu filho mais velho José Teixeira Mendes.

Identificação da Escola

A Escola Municipal Maria do Carmo Mendes de Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano está localizada na **Zona Rural** da Fazenda São Domingos, no **Bairro** São Domingos, no Município de Elói Mendes - MG, CEP: 37110-000, Fax: (35) 3264-4546 (Secretaria Municipal de Educação), **Telefone** (35) 9892-0474, **EMAIL:** educacao@eloimendes@.mg.gov.br, **Código INEP:** 31224685, **Caixa Escolar:** Pe. Armando Vareschi, CGC: 02.914.410/0001-73.

O quadro funcional da escola é composto por um diretor, um especialista, seis professores regentes de turma dos anos iniciais, nove professores regentes de aula dos anos finais, um auxiliar de secretaria, um auxiliar de biblioteca, um eventual, dois professores recuperadores, um estagiário sala informática e cinco ajudantes de serviços gerais.

A estrutura física da escola é ampla e embora seja antiga, está em bom estado de conservação, contando com as seguintes salas: de aula, biblioteca, direção, especialista, professores, secretaria, recuperação, Telecentro Comunitário, banheiros para funcionários, banheiros internos, banheiros externo, cozinha, refeitório, consultório odontológico e quadra de esportes.

O Projeto Político Pedagógico é um importante e indispensável documento que norteia a prática escolar, uma vez que nele estão citadas todas as instâncias necessárias para uma boa gestão e para o bom andamento da instituição escolar. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

De acordo com a autora Janete Maria Lins de Azevedo (2002)

“Os conflitos e luta pelo poder, os meios de resistência, as alianças, os valores, as normas, os modelos de aprendizagem, as atitudes do professor, as relações entre as pessoas, a participação dos pais e dos alunos e o modo como esses atores escolares se comunicam são aspectos que vão influenciar, com vigor, o tipo de PPP que será elaborado e os rumos que irá seguir no processo de sua implementação”.(AZEVEDO,2002 p3 ,).

O processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria do Carmo Mendes foi realizado com a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, pais, professores, equipe pedagógica, estudantes e funcionários com base na gestão democrática, onde todos tiveram a

oportunidade de discutir, planejar, solucionar problemas, acompanhar, controlar e avaliar as ações voltadas ao desenvolvimento da escola.

Esse processo teve como sustentação a organização e a liderança, fazendo valer o diálogo, tendo todas as opiniões ouvidas e respeitadas.

Segundo o autor João Ferreira de Oliveira,

“A sensibilização à cultura do registro do pensado e vivido pela escola; o encontro de alternativas criativas para problemas cristalizados no cotidiano; o aumento de interesse da escola em conhecer melhor sua comunidade; a busca de processos mais democráticos e, em especial, o aguçamento da crítica e autocrítica, pautados no respeito às diferenças; em relação às práticas de gestão e atuação dos órgãos colegiados, dentro e fora da escola, são pontos fundamentais para o avanço democrático e formativo no âmbito da escola”. (OLIVEIRA, 2004, p 2).

Na construção do mesmo, foram levadas em consideração a realidade da escola e suas necessidades, baseado nas diretrizes, normas e regulamento em educação.

O Projeto Político Pedagógico bem elaborado serve como respaldo para atuação da equipe gestora, fazendo com que tenham um importante amparo para direcionar suas decisões.

1 FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Maria do Carmo Mendes tem como missão oferecer um ensino de qualidade, inspirado nos princípios e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, tornando-o cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo.

Segundo os princípios da Educação Nacional, Lei nº 9.394, Art. 2º, a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A intencionalidade da escola é fornecer-lhes meios para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e que sejam participantes da sociedade como profissional capaz de assumir responsabilidade.

Movidos pelo compromisso de concentrar todos os esforços na busca da melhoria da qualidade do ensino, o Projeto Político Pedagógico foi elaborado visando uma escola democrática, rica de conhecimentos, viva, atualizada e significativa.

[...] produzir conhecimentos tem o significado de processo, de reflexão permanente sobre os conteúdos aprendidos buscando analisá-los sob diferentes pontos de vista; significa desenvolver a atitude de curiosidade científica, de investigação da realidade, não aceitando como conhecimentos perfeitos e acabados os conteúdos transmitidos pela escola (LOPES, 1992, p 5).

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento importante para assegurar não só o sucesso da aprendizagem dos alunos como a sua permanência numa escola prazerosa e de qualidade, possibilitando à escola inovar sua prática-pedagógica, na medida em que se apresentam novos caminhos para as situações que precisam ser modificadas.

De acordo com estudos e pesquisas (UNESCO, 2002; INEP, 2004; Nóvoa, 1999).

“Escolas eficazes ou escolas de boa qualidade possuem um quadro de profissionais qualificados e compromissados com a qualidade do aluno. Há uma relação direta entre a adequada e boa formação dos profissionais e o melhor desempenho dos alunos. A qualificação docente é vista como uma importante variável no processo de efetivação do desempenho dos estudantes e, conseqüentemente, na garantia de uma educação de qualidade”. (NÓVOA, 1999, sem pg).

Para ser um profissional de uma escola eficaz é necessário: título/qualificação, formação continuada, vínculo e dedicação a uma só escola, valorização do docente, dentre outros, isto se torna um fator a ser analisado para melhor desenvolvimento da escola.

O Projeto Político Pedagógico deve orientar o trabalho da escola por meio de diversas formas de planejamento, todas elas integradas no diálogo e na busca de soluções de problemas com base coletiva: alunos, professores, gestores, pais e comunidade procurando alternativas para promover inovações no cotidiano escolar.

Ao construirmos o Projeto Político Pedagógico da escola, levamos em conta nossas reflexões anteriores. (...) todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. "A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica" (Saviani 1983, p.93).

Ao elaborar o Projeto Político Pedagógico foram considerados os seguintes objetivos:

Gerais:

- Produzir um trabalho pedagógico de melhor qualidade;
- Permitir à escola discutir as possibilidades de organizar o seu trabalho, com base em suas reais necessidades;
- Orientar à escola no cumprimento de sua função social, buscando assegurar o sucesso na aprendizagem do aluno;
- Buscar situações que fortaleçam a autoconfiança do grupo;
- Reorganizar uma administração transparente, comprometida com princípios, valores éticos e morais.

Específicos:

- Buscar novos caminhos, fortalecendo vínculos entre família/escola, redescobrimo valores, diálogos e trabalhos coletivos;
- Criar espaços para a realização de eventos que ajudem os alunos na formação humana física, mental, política, artística e cultural;
- Organizar projetos que envolvam o pessoal técnico, administrativo e pedagógico

- Promover modificações no processo ensino-aprendizagem de forma a possibilitar que todos os alunos aprendem.

A Escola Municipal Maria do Carmo Mendes está com uma administração que permite o envolvimento de todos. Percebe-se uma escola mais segura, tranquila e organizada trazendo como consequência o melhor ajustamento dos alunos tanto na aprendizagem como na convivência social. O ensino é ministrado com base nos princípios básicos da Educação Nacional:

- Igualdade e condições para o acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, pensamento, a arte e o saber;
- Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- Garantia de padrão de qualidade;
- Valorização do profissional;
- Valorização da experiência extra-escolar;
- Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas pedagógica.

Contamos com professores comprometidos, engajados no processo permanente de enriquecimento de conhecimentos e construção da própria pessoa. O professor trabalha com material didático diversificado, alguns confeccionados por eles e pelos alunos. A presença da comunidade no cotidiano da escola mobiliza e envolve a todos, contribuindo para a construção de uma escola de qualidade.

Aprendizagem não depende só da escola, o sucesso do aluno envolve outros fatores que dificultam o nosso trabalho como: falta de comprometimento da família, indisciplina e baixa frequência por parte de alguns educandos.

Trabalhamos dentro da realidade, consciente de nossas responsabilidades, procurando a melhor maneira de levar o aluno a aprender, preocupando com sua formação para o exercício da cidadania.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Avaliar a estrutura organizacional da escola significa analisar e questionar toda estrutura burocrática, dando oportunidade e possibilitando a formação de cidadão críticos e participativos capazes de modificar a realidade social.

Ao analisar a estrutura organizacional os profissionais nela envolvidos, vão observando os obstáculos encontrados e se dedicando a realidade escolar, estabelecendo relações para definir metas e configurar novas formas de organizar as estruturas administrativas e pedagógicas para a melhoria do trabalho de toda a escola na direção do que se pretende. Assim, considerando o contexto, os limites, os recursos disponíveis (humanos, materiais e financeiros) e a realidade escolar, cada instituição educativa assume sua marca, tecendo, no coletivo, seu projeto político-pedagógico, propiciando conseqüente a construção de uma nova forma de organização.

A escola dispõe de dois tipos básicos de estruturas: administrativa e pedagógica.

ADMINISTRATIVA: assegura, praticamente, a locação e a gestão de recursos humanos, físicos e financeiros.

Faz parte, ainda, da estrutura administrativa todos os elementos que têm a forma material como, por exemplo, a arquitetura do edifício escolar e a maneira como ele se apresenta do ponto de vista de sua imagem: equipamentos e materiais didáticos, mobiliário, distribuição das dependências escolares e espaços livres, cores, limpeza e saneamento básico (água, esgoto, lixo e energia elétrica).

PEDAGÓGICA: refere-se, fundamentalmente, às questões de ensino-aprendizagem e às do currículo.

Na estrutura pedagógica incluem-se todos os setores necessários ao desenvolvimento do trabalho pedagógico.

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A Administração é composta por:

➤ **Diretoria**

A Diretoria é constituída pelo Diretor, observado o disposto na legislação vigente, sendo o mesmo indicado pela Secretaria Municipal de Educação exercendo cargo comissionado.

Compete ao diretor, além da observância do Termo de Compromisso, ser o articulador político-pedagógico e administrativo da Escola.

À Diretoria da Escola compete:

- Planejar, junto com os Especialistas de Educação e Corpo Docente, todo o trabalho escolar;
- Organizar, orientar, coordenar, supervisionar e controlar os trabalhos educacionais desenvolvidos no estabelecimento, referentes às atividades pedagógicas, administrativas e financeiras da escola;
- Envolver a comunidade escolar nas decisões sobre o funcionamento da escola (gestão participativa);
- Elaborar o Projeto Político-Pedagógico, com a participação de todos os segmentos representativos da comunidade escolar;
- Fortalecer ação colegiada;
- Representar a escola perante os órgãos de ensino ou repartições públicas;
- Cumprir e fazer cumprir as determinações da SRE e SME;
- Promover um bom relacionamento de todo o pessoal da escola;
- Zelar pela observância do regime didático e disciplinar.

A escola conta com 1 (uma) Diretora:

Regina Lúcia Moreira Mendes Ferreira com autorização para exercer função de Diretor em escola de Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano nº 284103, Base Legal: Resolução 397/94 CEE, Validade: 18/11/2011 a 18/11/2013, Secretaria de Estado da Educação-MG, Expedição: 46- Varginha.

➤ **Colegiado Escolar**

É competência do Colegiado Escolar:

- Aprovar e acompanhar a execução do Projeto Pedagógico da Escola, do Plano de Ação do Regimento Escolar;
- Acompanhar os resultados da avaliação externa da escola;

- Avaliar as ações desenvolvidas pela escola;
- Propor a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros da escola e acompanhar sua execução;
- Aprovar a proposta de aplicação dos recursos financeiros geridos pela Caixa Escolar e referendar de contas feita pelo Conselho Fiscal;
- Opinar sobre a doação de medida administrativa ou disciplinar em caso de violência física ou moral envolvendo profissionais de educação e alunos no âmbito da escola.

Os serviços administrativos são compostos por:

➤ Secretaria

A Secretaria tem como finalidade executar toda a escrituração da Escola, sob orientação, coordenação e supervisão do Diretor, e os seus serviços são realizados pelo Secretário (Agente Administrativo).

Compete ao Secretário da Escola:

- Colaborar com a direção da unidade escolar no planejamento, execução e controle das atividades escolares;
- Responsabilizar-se, na área de sua competência, pelo cumprimento da legislação de ensino e disposições regimentais;
- Zelar pela conservação dos materiais, mobiliários e equipamentos sob sua responsabilidade, pela ordem e higiene em seu setor de trabalho;
- Realizar trabalhos de protocolos, registros e arquivamento de formulários e documentos;
- Atender, orientar e encaminhar partes;
- Desempenhar outras atividades compatíveis com a natureza do cargo que lhe forem atribuídas pelo Diretor ou Especialista;
- Organizar e manter atualizados cadastros, arquivos, fichários, livros e outros instrumentos de escrituração da unidade escolar;
- Preparar certidões, atestados, Históricos Escolares, fichas individuais e/ ou documentos solicitados;
- Redigir ofícios, exposições de motivos, Atas e outros expedientes;
- Organizar a documentação dos processos de prestação de contas;

- Efetuar controle de estocagem e abastecimento de material.

➤ **Serviços Gerais**

A Escola mantém os serviços de conservação, limpeza do prédio, preparo e distribuição da merenda escolar. As atribuições do pessoal responsáveis pelos serviços gerais são delegadas pelo Diretor, em conformidade com as necessidades da escola.

Compete aos Auxiliares de Serviços Administrativos:

- Zelar pelo ambiente escolar mantendo a ordem e a harmonia;
- Cumprir horário, conforme a legislação vigente;
- Desempenhar tarefas de interesse do serviço, a critério da direção escolar;
- Cuidar da limpeza, movimentação e conservação dos móveis e utensílios da escola;
- Preparar e distribuir alimentos;
- Auxiliar o aluno com necessidades especiais em atividades de locomoção, uso de utensílios, banheiros, e outros, na ausência de outro profissional capacitado.

➤ **Caixa Escolar**

A escola mantém uma caixa escolar que tem por finalidade congregar iniciativas comunitárias, objetivando:

- Gerenciar os recursos financeiros destinados às ações do processo educativo, assegurando que todos eles sejam revertidos em benefício do aluno;
- Promover, em caráter complementar e subsidiário, a melhoria qualitativa do ensino;
- Colaborar na execução de uma política de concepção da escola, essencialmente democrática, como agente de mudanças, que busca melhoria contínua em todas as dimensões;
- Contribuir para o funcionamento eficiente e criativo da escola, por meio de ações que garantam sua autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

A Caixa Escolar realiza, dentre outras, as seguintes ações:

- Gerenciar recursos próprios e transferidos da União, Estado e Município no cumprimento dos objetivos pedagógicos da escola;
- Adquirir bens de consumo e permanente, obedecendo as dotações orçamentárias, quando se tratar de recurso público, para fins necessários às ações pedagógicas e administrativas;
- Garantir, em suas aquisições e contratações, a realização de processo de escolha de proposta mais vantajosa para utilização dos recursos recebidos;
- Garantir ampla e plena participação do colegiado Escolar nas atividades e ações da Caixa Escolar.

As disposições legais da constituição, do funcionamento e da competência da Caixa Escolar normas deverão ser registradas em Cartório.

Gestão Pessoal Docente e Administrativo

O pessoal a serviço da Escola é constituído de docentes, especialistas de educação e pessoal administrativo.

O quadro de pessoal é composto de acordo com os cargos e quantitativos permitidos pela legislação, em caráter efetivo ou por designação.

Compete à escola estabelecer critérios complementares para atribuições de turmas, aulas e turno aos servidores, conforme legislação vigente.

Docentes (Anos Iniciais)

PROFESSOR (A)	SITUAÇÃO	ANO
Andréia de Fátima Teodoro Gonçalves	Contrato	1 °
Maria aparecida Fernandes da Costa	Contrato	2°
Maria Amélia de Sousa	Efetiva	3°
Maria Araújo Santos Carvalho	Efetiva	4° A
Michele Aparecida de Moura Freitas	Efetiva	4° B
Vera Lúcia Alves Silva	Efetiva	5°

Docentes (Anos Finais)

PROFESSOR(A)	SITUAÇÃO	DISCIPLINA	ANOS
Silvana das Graças Santana Pereira	Efetiva	Português	6°, 7°, 8°
		Inglês	5°, 7°, 9°
Andréia Cristina de Souza	Contrato	Português	9°
		Inglês	6°, 8°
		Arte	9°
Leonardo Augusto Sant'Ana	Contrato	Matemática	6°, 7°, 8°, 9°
Joana D'arc Sousa	Efetiva	História	6°, 7°, 8°, 9°
Maria Reginalda Ferroni dos Santos	Efetiva	Geografia	7°, 8°, 9°
Jucele Marfizo Mendes	Contrato	Geografia	6°
		Ens. Religioso	7°, 9°
Flávia Mendes Moraes	Efetiva	Ciências	6°, 7°, 8°
Bianca Freitas de Souza Silva	Efetiva	Ciências.	9°
		Ens. Religioso.	6°, 8°
Liliana Moura Mendes	Efetiva	Educação Física	1°, 2°, 3°, 4°, 5° 6°, 7°, 8°, 9°

Administrativo

FUNCIÓNÁRIO	SITUAÇÃO	CARGO EXERCIDO
Márcia Camargo Pires	Efetiva	Secretária (Agente Administrativo)
Simone Pereira Carneiro Paulino	Contrato	Bibliotecária
Isabel Cristina Teodoro	Efetiva	Eventual
Heloísa Helena Alves	Contrato	Estagiária (Telecentro Comunitário)
Claudiane Félix Petrone	Efetiva	Recuperadora do 1° ao 4° ano
Amanda Paiva Paulino Amorim	Efetiva	Recuperadora do 5° ao 9° ano
Maria Serafina Lopes	Efetiva	Auxiliar Serviços Administrativo
Maria aparecida Pereira	Efetiva	Auxiliar Serviços Administrativo
Isabel Maria Borges da Silva Campos	Efetiva	Auxiliar Serviços Administrativo
Regina Lúcia Sarto Fernandes Silvério	Efetiva	Auxiliar Serviços administrativo
Evanilda Campos da Silva Tomba	Efetiva	Auxiliar Serviços administrativo

Discentes

Anos Iniciais	
Ano	Quantidade de alunos
1°	16
2°	24
3°	14
4° A	15
4° B	11
5°	24
Total	104

ANOS FINAS	
Ano	Quantidade de Alunos
6°	16
7°	30
8°	22
9°	23
Total	91

TOTAL: 195 ALUNOS

Transporte Escolar

A escola conta com 9 (nove) motoristas contratados por processo licitatório pela Prefeitura Municipal e um microônibus que é mantido pela mesma para transportar funcionários e alunos.

Recursos Financeiros

Esta Unidade Escolar recebe recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) que tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito público.

O programa engloba várias ações e objetiva a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica.

Os recursos são transferidos de acordo com o número de alunos extraídos do Censo Escolar do ano anterior ao repasse.

O dinheiro destina-se à aquisição de material permanente: manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar, aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola, avaliação de aprendizagem,

implementação de projeto pedagógico e desenvolvimento de atividades educacionais.

Todas as escolas públicas rurais de educação básica recebem também uma parcela suplementar, de 50% do valor do repasse.

Esta Unidade Escolar encaminha a prestação de contas dos recursos recebidos à Prefeitura até 31 (trinta e um) de dezembro do ano do repasse.

O recurso recebido em 2012 referente ao Censo de 2011 foi:

CUSTEIO: 2.744,64	CAPITAL: 686,16	TOTAL: 3.430,80
--------------------------	------------------------	------------------------

A escola recebe auxílio financeiro da Subvenção que visa a prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, lei 4.320/64, conforme o disposto no §3º do seu art. 12, as subvenções são transferências correntes e se destinam a cobrir despesas operacionais das entidades para as quais são feitas as transferências.

LEI Nº 1.320, DE 5 DE SETEMBRO DE 2012, a Câmara Municipal por seus vereadores, decretou a seguinte Lei: Art. 1º. Ficam concedidas, para o exercício de 2013, subvenções sociais à seguinte entidade: Caixa Escolar Padre Armando Vareschi (Escola Municipal Maria do Carmo Mendes) a quantia de R\$5.000,00 (Cinco mil reais).

A diretora apresenta prestação de contas anualmente na Prefeitura Municipal, para recebimento de nova contribuição, com despesas comprovadas mediante documentos originais fiscais.

Arquitetura do Prédio

A arquitetura da escola está em bom estado de conservação.

Qualquer problema de manutenção é encaminhado ofício a Secretaria Municipal de Educação que se encarrega para que sejam tomadas as devidas providências dos reparos solicitados pela diretora.

A escola é arborizada, fechada em torno de sua ampla área com tela de alambrado e portões, conta com sistema de alarme para proteção, padrão de energia elétrica mantida pela Prefeitura Municipal, água de poço artesiano com bomba e automático e fossa para esgoto.

A escola possui uma horta de verduras fechada com tela de alambrado e cuidada voluntariamente pelos motoristas encarregados do transporte escolar.

A escola conta com as seguintes dependências:

AMBIENTE	QUANTIDADE
Salas de Aula	10
Sala Biblioteca	01
Sala da Direção	01
Sala da Especialista	01
Sala de Professores	01
Sala da Secretária	01
Sala de Recuperação	02
Sala Telecentro Comunitário	01
Banheiro p/ funcionários	02
Banheiro internos	01 masculino e 02 feminino
Banheiro externo	Masculino e feminino p/ uso da escola e da comunidade
Cozinha	01
Refeitório	01
Consultório Odontológico	01
Quadra de Esportes (sem cobertura)	01

Mobiliários e Equipamentos

AMBIENTE	MOBILIÁRIOS	EQUIPAMENTOS
Diretoria	1 armário de aço 1 mesa escritório c/ cadeira 1 armário pequeno (2 p) 1 mural de recados	
Biblioteca	14 Prateleiras de aço 2 estantes de madeira 1 rack p/ TV	1 computador c/ impressora 1 TV 20"

		3 TV's 29" 1 DVD
Secretaria	4 Armário de aço 1 prateleira de aço 1 arquivo de aço 1 arquivo de madeira 1 mesa escritório c/ cadeira 1 balcão de madeira 1 mural de recados	1 computador 1 impressora matricial 1 impressora scanner 1 copiadora 3 mini system 1 celular rural c/ antena (adquirido c/ recursos de festa junina)
Sala dos professores	1 mesa grande c/ 24 cadeiras 1 armário c/ 8 portas para uso do professor 2 murais de recado 1 porta chave 1 mesinha pequena	1 bebedouro 1 forno microondas e 1 sanduicheira (doado pela empresa Edmil)
Sala da Supervisão	4 prateleiras de aço 3 armários de aço 1 mesa escritório c/ cadeira 1 mesa de computador 1 escrivaninha de madeira	1 um computador 1 impressora scanner 1 mini copiadora 1 câmera fotográfica 1 filmadora 2 mimeógrafos 1 caixa de som amplificada 2 microfones 1 ventilador portátil
Telecentro Comunitário	11 mesas c/ cadeira 3 murais p/ recado 1 quadro branco	11 computadores 1 impressora
Cozinha	1 geladeira 2 fogões industrial	4 botijões de gás 1 espremedor de laranja

	1 freezer vertical 1 freezer horizontal 1 prateleira de alvenaria p/ armazenar alimentos 1 balcão de alvenaria 1 mural de recado	industrial 1 fatiador de verdura 1 liquidificador pequeno 1 liquidificador industrial
Refeitório	3 mesas de madeira 1 mesa de alvenaria composta c/ 2 bancos 1 tanque c/ 2 cubas 2 murais p/ recado	
Salas de aula	Carteiras e cadeiras, mesas p/ professor, armários de aço, murais, quadro de giz	
Salas das recuperadoras	2 armários 2 mesas 2 quadros 1 prateleira 1 armário c/ 12 portas 1 espelho	Jogos Pedagógicos diversificados

Os mobiliários e equipamentos encontram-se em bom estado de conservação.

A escola possui um consultório odontológico equipado, contando com um profissional e um auxiliar.

Possui ainda uma quadra de esportes sem cobertura, fechada com tela de alambrado e disponibilizada após o expediente escolar para uso da comunidade.

A escola é localizada ao lado da igreja do bairro e aos domingos, as salas são emprestadas para uso da catequese.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

Etapas da Educação Básica do Ensino Fundamental:

O Ensino Fundamental deve garantir as oportunidades educativas requeridas para o atendimento das necessidades básicas de aprendizagem do educando, focalizando em especial:

- O domínio dos instrumentos essenciais à aprendizagem para toda a vida: a leitura, a escrita, a expressão oral, o cálculo, a capacidade de solucionar problemas e elaborar projetos de intervenção na realidade;
- O domínio dos conteúdos básicos de aprendizagem - conhecimentos conceituais dos vários campos do saber, capacidades cognitivas e sociais amplas e procedimentos gerais e específicos dos diversos campos do conhecimento, bem como valores e atitudes fundamentais à vida pessoal e à convivência social.

A carga horária mínima anual do Ensino Fundamental regular é de 800 (oitocentas) horas relógio, distribuídas em, pelo menos, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.

O Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos estrutura-se:

- 05 (cinco) Anos Iniciais, em anos de escolaridade.
- 04 (quatro) anos Finais, organizados em anos de escolaridade.

Nos anos finais a carga horária é de 833:20 (oitocentas e trinta e três horas e vinte minutos) horas relógio, distribuídas em 200 (duzentos) dias letivos com duração de 50 minutos cada módulo.

Esta escola oferece o Ensino fundamental completo - do 1º (primeiro) ao 9º(nono) ano.

Os 05 (cinco) Anos Iniciais do Ensino Fundamental são organizados em regime anual e tem a denominação de: 1º ano, 2ºano, 3º ano, 4º ano, 5º ano.

Os 03 (três) primeiros anos de alfabetização visa o desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos e capacidades considerados fundamentais ao processo de alfabetização, a que têm ingresso os alunos com seis anos de idade completos ou a completar até 31 de março do ano em curso, e tem suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que, ao final de cada ano, tenham consolidadas as capacidades necessárias para prosseguimento dos estudos.

No 4º e 5º ano, os alunos têm suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que todos, ao final dos anos iniciais devem ser capazes de ler, compreender e retirar informações contidas no texto e redigir com coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical. Dominar a compreensão e o uso do sistema de numeração, os fatos fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão, realizar cálculos mentais, resolver operações matemáticas mais complexas e ter conhecimentos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma ao tratamento de dados em gráficos e tabelas.

Os quatro Anos Finais do Ensino Fundamental, organizados em regime anual, têm a denominação de 6º ano, 7º ano, 8º ano e 9º ano.

Como se trata de uma escola da zona rural onde a quantidade de aluno é reduzida, o critério utilizado é o segmento da mesma turma para o ano seguinte de escolarização.

Turmas homogêneas devem ser evitadas a fim de se propiciar a valorização de experiências diferenciadas, o respeito ao outro diferente, a pluralidade cultural e, por vezes, o que se põe no inciso IV do art. 3º da LDB que é o apreço à tolerância. Isso condiz com o que está disposto no artigo 58 do ECA.

➤ **Enturmação dos Alunos**

É um trabalho a ser desenvolvido em conjunto pelo Diretor, Especialista e Professores, sendo um dos mais importantes para o sucesso da aprendizagem dos alunos.

Em nossa escola, os alunos são organizados em turma única devido ao número de alunos, exceto no 4º ano B, onde tivemos que fazer o reagrupamento dos alunos que é uma estratégia utilizada pela Escola juntamente com o apoio da Coordenadora Pedagógica e da Psicopedagoga da Secretaria Municipal de Educação para atender as dificuldades de aprendizagem dessa turma.

Nesta sala o professor regente trabalha de forma diferenciada para que estes alunos tenham continuidade na alfabetização, sendo o seu trabalho acompanhado pela Especialista, Psicopedagoga e com o atendimento diferenciado da recuperadora.

➤ **Planejamento**

O planejamento do ensino deve focalizar sua atenção em objetivos educacionais e conteúdos essenciais a serem desenvolvidos e levar em conta as possibilidades diferenciadas de trabalho em sala de aula, em função das necessidades de aprendizagem dos alunos.

No início do ano letivo, é realizada na escola a avaliação diagnóstica para acompanhar e avaliar o desenvolvimento das ações pedagógicas elaborada de forma coletiva pela equipe pedagógica, com o objetivo de diagnosticar distorções no processo ensino-aprendizagem, conhecer os alunos, planejar e replanejar as ações, a partir dos resultados obtidos, e intervir no momento certo.

O Planejamento em nossa Unidade de Ensino é elaborado no início do ano letivo pelos professores com a participação dos Especialistas da rede municipal.

O planejamento nos Anos Iniciais é baseado na Proposta Curricular que é organizada em capacidades/habilidades empregado como um norte, uma meta geral que os educadores tomam como referência para organização e desenvolvimento das propostas de ensino.

A Proposta Curricular segue as seguintes orientações:

INTRODUZIR: Levar os estudantes a se familiarizarem com os conceitos e procedimentos escolares.

RETOMAR: Capacidades que mesmo já consolidadas, serão objeto de trabalho do professor, por serem imprescindíveis no desenvolvimento de outras.

TRABALHAR SISTEMATICAMENTE: Abordagem que explora de modo sistemático as diversas situações de aprendizagens. Demanda em planejamento cuidadoso das atividades, estas que deverão ser variadas, de modo a explorar as várias dimensões dos conhecimentos disciplinares. Essa é uma fase em que os processos avaliativos são fundamentais para que o professor defina as intervenções a serem feitas e tenham clareza sobre o que efetivamente poderá ser consolidado pelos estudantes ao final do processo.

CONSOLIDAR: Esse é um processo em que se formalizar a aprendizagem, de modo que o trabalho pedagógico que foi realizado seja claramente concluído.

Para a realização do planejamento dos Anos Finais houve capacitação para os Especialistas e professores a pedido da Secretaria Municipal de Educação com os analistas da 41ª Superintendência Regional de Ensino de Varginha abordando o seguinte tema: O CBC na Prática Pedagógica.

Nos Anos Finais os tópicos obrigatórios que deverão ser ensinados estão numerados em algarismos arábicos e os tópicos complementares em algarismos romanos.

Após a capacitação, o planejamento foi elaborado com a orientação da Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de educação dos Anos Finais do Ensino Fundamental, pelos Especialistas e professores baseado nos Conteúdos Básicos Nacionais (CBC).

O plano de ensino de cada equipe e professor deve resultar de um trabalho coletivo, envolvendo, pelo menos, as equipes de profissionais que atuam no mesmo ano ou área curricular.

A Estrutura Pedagógica da Escola consta:

➤ Supervisão Pedagógica (Especialista)

A finalidade do serviço de supervisão pedagógica é articular o trabalho pedagógico da escola coordenado e integrado ao trabalho dos professores, dos alunos e seus familiares em torno de um eixo comum: o ensino-aprendizagem.

A escola conta com uma Especialista (Anos Iniciais e Finais)

Carla Cristina Padilha Milêu Bueno

Compete ao Especialista da Educação:

- Coordenar o planejamento e implementação do Projeto Pedagógico da escola, tendo em vista as diretrizes no Plano de Desenvolvimento da Escola;
- Coordenar o programa de capacitação do pessoal da escola;
- Realizar a orientação dos alunos, articulando o envolvimento da família no processo educativo;
- Realizar estudos e pesquisa que fundamentam a proposta de políticas, diretrizes e normas educacionais;
- Elaborar normas e instruções relativas ao pedagógico;
- Outras, compatíveis com a natureza do cargo, previstas nas normas legais aplicadas a espécie.

➤ Conselho de Classe

O Conselho de Classe é um Órgão Colegiado que tem por objetivo a avaliação coletiva no processo ensino-aprendizagem.

São finalidades dos Conselhos de Classe: discutir, refletir, avaliar, planejar, diagnosticar, acompanhar, formar e construir, alterar relações e práticas escolares.

O Conselho de Classe é constituído por todos os professores das turmas, especialista da educação e pelo diretor, que coordena o Conselho.

A Escola promove 04 (quatro) reuniões do Conselho de Classe ao longo do ano letivo ou em caráter extraordinário, quando se fizer necessário.

As reuniões realizadas devem ter o objetivo de discussão para definir, após análise do processo ensino-aprendizagem, a reformulação de currículos, pesquisas de metodologia, elaboração de projetos, classificação ou reclassificação de alunos, esclarecimentos e definições de alunos em situações limítrofes, encaminhamento de alunos ao atendimento especializado, atenção às transferências e remanejamentos.

➤ Atendimento Voluntário

O atendimento de voluntários se faz através da parceria com membros da comunidade, com o objetivo de apoio à escola, acompanhamento e suporte aos estudantes com dificuldades de aprendizagem.

O atendimento voluntário não constitui vínculo empregatício com a escola não dando, portanto, ao voluntário, o direito a contagens de tempo.

A escola conta com 2 (duas) amigas da escola, que auxiliam em eventos confeccionando roupas para teatro, apresentações de dança em desfile cívico; última semana de cada mês realiza cortes de cabelo para os alunos com a autorização dos pais através de bilhetes.

Recursos Pedagógicos

➤ Biblioteca

A biblioteca tem finalidade de fornecer os elementos necessários à realização e enriquecimento dos trabalhos pedagógicos, consultas e pesquisas durante as aulas no período matutino e empréstimo de livros à comunidade e alunos que já

estudaram na escola e precisam realizar pesquisas e trabalhos na escola em que estudam na zona urbana.

Todo o acervo da biblioteca é catalogado e registrado em livro próprio.

Os equipamentos audiovisuais (DVD, TV) têm por objetivo propiciar aos alunos modernidade de informações, fixação dos conteúdos trabalhados de acordo com os interesses dos professores, para atender os conteúdos específicos; e ser utilizados de acordo com a previsão dos professores.

➤ **Monitoria entre alunos**

Para este serviço são aproveitados os alunos mais capacitados de cada turma.

São finalidades da monitoria:

- Descobrir e desenvolver aptidões para liderança;
- Desenvolver o senso de responsabilidade entre alunos;
- Promover recuperação de alunos.

➤ **Professor Recuperador**

O funcionamento é feito conforme as possibilidades e necessidades dos alunos.

Compete ao professor recuperador:

- Desenvolver o senso de responsabilidade entre alunos;
- Promove a recuperação de alunos, individualmente ou através de grupos de dificuldades, com ênfase no processo de alfabetização dos alunos com dificuldades de leitura;
- Auxiliar o regente de turma nas atividades pedagógicas.

Os alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem são atendidos pela professora recuperadora tendo seu trabalho acompanhado pela Especialista e Psicopedagoga da Secretaria Municipal de Educação que presta assistência semanalmente na escola e encaminha os casos mais críticos com a autorização dos pais ou responsáveis para acompanhamento médico com o apoio da Secretaria Municipal de Saúde. E caso a família seja carente é fornecido também os medicamentos.

As recuperadoras participam normalmente das reuniões pedagógicas e a Psicopedagoga faz reuniões de estudo mensal para intermediar e orientar o trabalho realizado com os alunos com dificuldade de aprendizagem.

➤ **Educação Continuada da Equipe Escolar**

A Educação Continuada da equipe escolar visa a atualização do pessoal e a melhoria do ensino-aprendizagem.

A capacitação da equipe escolar é feita através de projetos e programas especiais da Secretaria Municipal de Educação.

Os professores desta Unidade Escolar estão participando do Pnaic.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal assumido pelos governos federal, estadual e municipal para assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 3º ano do Ensino Fundamental (até os oito anos).

A formação com os professores terá duração de 240 horas, distribuídas em dois anos de encontros presenciais, sendo que, 2013 com ênfase em Língua Portuguesa e, em 2014, ênfase em Matemática.

Os Especialistas de Educação da Rede Municipal estão participando do Pnaic sem remuneração e sem receber certificados para melhor intervir no trabalho pedagógico das escolas.

➤ **Estágio Supervisionado**

A Escola disponibiliza as turmas do Ensino Fundamental para estágio curricular supervisionado, por estudantes de Curso Normal e Licenciaturas.

O estágio é desenvolvido sob a supervisão da Instituição de Ensino Superior, conveniadas com a Secretaria Municipal de Educação, observadas as seguintes condições:

- A realização do estágio curricular supervisionado não cria vínculo empregatício ou de qualquer natureza entre o estagiário e a Secretaria Municipal de Educação.
- O número de estagiários na escola não pode exceder a 10% (dez por cento) do número total de seus professores e equipe pedagógica.

Compete à Escola:

- Firmar termo de compromisso com a instituição conveniada e com o aluno;
- Definir junto com a instituição de ensino superior, o plano de estágio na escola;
- Facultar o acesso do estagiário às atividades e reuniões pedagógicas da escola;
- Indicar um profissional da equipe pedagógica para responsabilizar-se pelo estagiário, sua avaliação e validação de documentos pertinentes.
- Verificar a compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

➤ **Laboratório de Informática (Telecentro Comunitário - Programa de Inclusão Digital)**

A escola mantém laboratório de informática com o objetivo de utilizar o computador como recurso audiovisual e ferramenta que favoreça a construção do conhecimento do educando.

Compete ao professor responsável pelo uso do laboratório de informática:

- Facilitar o uso do computador como ferramenta pedagógica capaz de auxiliar o processo de construção do conhecimento;
- Articular o processo de construção do conhecimento envolvendo toda a equipe escolar.

O funcionamento do laboratório de informática se faz conforme os seguintes critérios:

- Divisão de cada turma e horário para atendimento à pesquisa e/ou trabalhos elaborados pelo professor(a) regente da turma;
- Noções básicas do uso do aparelho para alunos (do 1º ao 9º ano) e pesquisas;
- Atendimento Pedagógico;
- Liberdade de uso pelos docentes para o enriquecimento dos trabalhos pedagógicos;
- Acesso dos demais funcionários com finalidade de crescimento profissional e pessoal;
- Regras de conduta na sala e nos manuseios das máquinas;

- Acesso da comunidade com finalidade de maior interatividade com o mundo digital.

➤ **Implantação de Projetos**

A organização dos conteúdos em torno de projetos, como forma de desenvolver atividades de ensino e aprendizagem, favorece a compreensão da multiplicidade de aspectos que compõem a realidade, uma vez que permite a articulação de contribuições de diversos campos de conhecimento.

Esse tipo de organização permite que se dê relevância às questões dos Temas Transversais, pois os projetos podem se desenvolver em torno deles e ser direcionados, para metas objetivas ou para a produção de algo específico.

Professor e alunos compartilham os objetivos do trabalho e os conteúdos são organizados em torno de uma ou mais questões. Uma vez definido os aspectos específicos de um tema, os alunos têm a possibilidade de aplicar os conhecimentos que já possuem sobre o assunto, buscar novas informações e utilizar os conhecimentos e os recursos oferecidos pelas diversas áreas para dar um sentido amplo à questão.

Para isso é importante que o professor planeje uma série de atividades organizadas e direcionadas para a meta pré-estabelecida, de forma que, ao realizá-las, os alunos tomem, coletivamente, decisões sobre o desenvolvimento do trabalho.

Ao final do projeto, seu trabalho pode ser exposto na forma de alguma atividade de atuação no meio, isto é, de uso no âmbito coletivo daquilo que foi produzido.

Assim, os alunos sabem claramente o que e porque estão fazendo, aprendem também a formular questões e a transformar os conhecimentos em instrumentos de ação.

Para conduzir esse processo é necessário que o professor tenha clareza dos objetivos que quer alcançar e formule claramente as etapas do trabalho.

Projetos trabalhados na escola durante o ano letivo:

- ✓ Família na Escola
- ✓ Meio ambiente
- ✓ Ética e Valores
- ✓ Folclore

- ✓ Reciclagem do lixo no Município
- ✓ Patrimônio Cultural
- ✓ Leitura
- ✓ Trânsito
- ✓ Dengue
- ✓ Bullying
- ✓ Consciência Negra
- ✓ Símbolos Nacionais
- ✓ PROERD(Combate às Drogas)
- ✓ Dia Mundial de Combate a AIDS

3 CURRÍCULO

Currículo são os conteúdos a serem ensinados e aprendidos; as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos; os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais; os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino; os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus de escolarização.

Essas concepções refletem diferentes compromissos e posições teóricas. O que podemos afirmar, no entanto, é que as discussões curriculares envolvem os temas relativos aos conhecimentos escolares, aos procedimentos pedagógicos, às relações sociais, aos valores que a escola inculca, às identidades dos (as) alunos (as). Cabe ressaltar que as discussões inevitavelmente recaem sobre questões relativas ao conhecimento, à verdade, ao poder e à identidade (Silva, 1999), com maior ou menor ênfase.

Todavia, a escola, procura centrar o currículo dentro da realidade presente na instituição. A interação é constante entre a comunidade escolar propiciando discussão entre os sujeitos comprometidos e abertos ao diálogo, tornando-se uma ferramenta essencial para a qualidade do trabalho e garantia do sucesso.

O currículo da base nacional comum do Ensino Fundamental na Escola Municipal Maria do Carmo Mendes abrange obrigatoriamente o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, bem como o ensino da Arte, a Educação Física e o Ensino Religioso.

Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental são assim organizados em relação às áreas de conhecimento:

- Linguagens:
 - a) Língua Portuguesa;
 - b) Língua Estrangeira moderna;
 - c) Arte;
 - d) Educação Física;
- Matemática;
- Ciências da Natureza;

- Ciências Humanas:
 - a) História;
 - b) Geografia;
- Ensino Religioso.

O currículo do Ensino Fundamental tem uma base nacional comum, a ser complementada, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

A base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental constituem um todo integrado e não podem ser consideradas como dois blocos distintos.

Os conteúdos curriculares que compõem a parte diversificada do currículo serão definidos pelos sistemas de ensino e pelas escolas, de modo a complementar e enriquecer o currículo, assegurando a contextualização dos conhecimentos escolares em face das diferentes realidades.

Na parte diversificada do currículo é incluída em toda a rede municipal a língua estrangeira, o Inglês a partir do 5º (quinto) ano, cuja escolha ficou a cargo da Secretaria Municipal de Educação.

As atividades curriculares são desenvolvidas tendo como referência as Diretrizes e os Parâmetros Curriculares Nacionais.

A implementação do currículo deve favorecer as atividades interdisciplinares e o estudo de temas transversais, de modo a integrar todos os conteúdos.

Os conteúdos curriculares da educação básica observam, ainda, as seguintes diretrizes:

- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.
- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- Orientação para o trabalho;
- Promoção do desporto educacional e o apoio às práticas desportivas não-formais.

Na organização curricular dos Anos Iniciais, os conteúdos curriculares devem ser abordados de forma interativa, a partir da prática vivencial dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado, num movimento crescente de compreensão da realidade.

A programação curricular dos Anos Iniciais, tanto no campo da linguagem quanto no da matemática deve ser estruturado de forma a, gradativamente, ampliar capacidades e conhecimentos, dos mais simples aos mais complexos, contemplando de maneira articulada e simultânea, a alfabetização e o letramento.

Os conteúdos de Ciências, História e Geografia devem ser ministrados articulados ao processo de alfabetização e letramento e de iniciação a Matemática, crescendo em complexidade ao longo dos Anos.

A Arte e recreação, com aulas especializadas ou não, devem oportunizar aos alunos experiências artísticas, culturais e de movimento corporal, através de jogos, ginástica, dança, esportes e festas.

A questão ambiental contemporânea deve ser trabalhada partindo da realidade local, mobilizando as emoções e energia das crianças para a preservação do planeta e do ambiente onde vivem.

A escola deve, ao longo de cada ano, acompanhar sistematicamente os processos de aprendizagem dos alunos, utilizando de estratégias diversas de intervenção pedagógica para sanar, de imediato, as dificuldades evidenciadas, a fim de garantir que todo aluno alcance ao final de cada ano o padrão básico de desempenho esperado.

Os conteúdos curriculares dos Anos Finais são os contidos nos Conteúdos Básicos Comuns.

O ensino da História do Brasil leva em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e européia.

A história e as culturas indígena e afro-brasileira, presentes obrigatoriamente, nos conteúdos desenvolvidos no âmbito de todo currículo escolar e, em especial, no ensino de Arte, Literatura e História do Brasil, assim como a História da África, devem assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para constituição da nação.

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa ao aluno, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui componente curricular dos horários normais

das escolas, como componente curricular de todos os anos do Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religioso do Brasil e vedadas qualquer formas de proselitismo.

Nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental a Educação Física é ministrada por professor regente de aulas habilitado e, na falta deste, por professor regente (anos iniciais) e ou eventual(anos finais).

Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo.

A Educação Ambiental e a Educação para o Trânsito fazem parte do processo ensino-aprendizagem dos alunos considerando sua formação integral para a vida cidadã, e não podem deixar de ser desenvolvidos de forma interdisciplinar integrado aos conteúdos da parte nacional comum e parte diversificada.

A Música constitui conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte, o qual compreende também as artes visuais, teatro e a dança.

O desenvolvimento da educação alimentar e nutricional perpassa o currículo escolar de toda a Educação Básica, abordando o tema alimentação e nutrição, visando estimular a formação de hábitos alimentares saudáveis em crianças e adolescentes e, extensivamente em suas famílias e comunidades.

O Hino Nacional é executado semanalmente considerando esta obrigação dentro do contexto de formação integral do aluno.

4 TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Organização do tempo e espaço escolar é a construção humana que expressa as relações sociais estabelecendo a possibilidade de mudanças das escolas de modo a se tornarem espaços que favoreçam o processo de desenvolvimento e formação do educando, respeitando como sujeito de direitos.

A organização da Prática Educativa deve resultar de um trabalho coletivo, tendo como horizonte a concretização da proposta pedagógica da escola e buscando fortalecer, em cada ação ou decisão tomada por seus profissionais, a formação e o sucesso escolar dos alunos.

Cabe à direção da escola, apoiada pela equipe pedagógica, a responsabilidade de coordenar o processo de distribuição das turmas entre os professores, considerando as características das turmas e dos professores, de modo a favorecer o desenvolvimento dos alunos.

O plano de ensino de cada equipe e professor deve resultar de um trabalho coletivo, envolvendo, pelo menos, as equipes de profissionais que atuam no mesmo ano ou área curricular.

Cabe ao professor ajustar o tempo destinado ao desenvolvimento das atividades pedagógicas ao ritmo dos alunos, sem perder de vista os objetivos a serem alcançados em cada ano.

Entende-se como aula as atividades curriculares envolvendo professores e alunos, realizadas nas salas de aula e em outros espaços da escola e da comunidade como: biblioteca, sala de informática, quadra de esporte, pátios, jardins, espaços culturais e de lazer da comunidade.

É dever da direção da escola, garantir a organização e a manutenção do espaço escolar, tornando-o um lugar acolhedor e que estimule o desenvolvimento do educando.

A escola deve propiciar a participação dos alunos na organização e utilização dos materiais de ensino de uso individual e coletivo, tendo em vista o desenvolvimento da iniciativa, da responsabilidade coletiva e da autonomia.

Diferentes possibilidades de agrupamento e reagrupamento dos alunos devem ser utilizadas pela escola como estratégia pedagógica para garantir a efetiva aprendizagem de todos:

- Turmas organizadas por idade e nível de escolarização;

- Grupos temporários de alunos da mesma turma ou turmas distintas, organizadas para atendimento diferenciado ou para a realização de atividades específicas.

A escola deve ser um espaço de tempo de vivências democráticas. A vida escolar ocorre em um determinado tempo e determinado espaço. Cabe a escola a tarefa de favorecer os estudantes as relações entre o homem, a natureza e a cultura no contínuo tempo. Para exercer essa tarefa é necessário estar atento para o tempo escolar e exercer mediação pedagógica consciente. O tempo escolar compreende o período de vivência pedagógica dos estudantes no ambiente escolar.

O tempo é visto como idéia de rotina. Tentamos fazer com que a rotina, de nossa escola seja facilitadora no processo de desenvolvimento e aprendizagem.

Durante a organização desse tempo ocorre em nossa escola diversas atividades individuais ou em grupo, de maior ou menor grau de concentração.

Antes de iniciar as aulas e durante o recreio, os alunos realizam atividades livres, acompanhados pela equipe responsável. Durante a aula, tem o módulo com atividades dirigidas: acesso a biblioteca para escolha de livros literários e outros materiais pertinentes ao conteúdo, vídeos educativos, filmes direcionados a determinado tema, documentários, dentre outros, com objetivo explícito pelo professor. Participa também dos jogos escolares que acontecem no 1º semestre, promovido pela Secretaria de Esportes como: futebol, queimada, xadrez, futsal, handebol, peteca.

➤ **Espaço Físico**

Nos Anos Iniciais e Finais, o espaço físico é utilizado para aulas de Educação Física com duração de 50 minutos. É utilizado também para recreio, atividades de psicomotricidade, jogos e eventos. Quando está chovendo, as atividades tem que ser realizadas dentro das salas de aula devido à falta de cobertura da quadra ou utilizamos o galpão coberto situado na área externa da escola que pertence a Igreja para realização de festas da comunidade. Por pertencerem ao mesmo espaço físico há uma grande interação entre Igreja, Comunidade e Escola.

➤ **Reuniões Pedagógicas**

A Escola realiza reuniões pedagógicas mensais com duração de 04 (quatro) horas (reunião planejada no calendário escolar além dos 200 dias letivos) para a

troca de experiências, estudo da Proposta Curricular, artigos pedagógicos e de materiais enviados pela Secretaria Municipal de Educação buscando assim um aperfeiçoamento contínuo ocorrendo um dia de estudo. A reunião pedagógica é administrada pela Especialista da Educação e acompanhada juntamente com a Diretora.

A Especialista aproveita o Módulo de cada professor para realizar atendimento individualizado, tendo como objetivo de ouvir o professor para, juntos, buscarem estratégias que favoreçam a aprendizagem dos alunos e a solução de problemas detectados na sala de aula. É preciso tempo para que os educadores aprofundem seu conhecimento sobre os alunos e sobre o que estão aprendendo, para acompanhar e avaliar o Projeto Político Pedagógico em ação, os estudantes se organizarem e criarem seus espaços para além da sala de aula.

O plano de aula é elaborado diariamente pelos professores sob a coordenação e orientação da Especialista.

➤ **Calendário Escolar**

O calendário escolar é de extrema importância, pois é um elemento de organização do currículo escolar.

A programação da escola deve respeitar e assegurar a carga horária finais, excluindo o tempo destinado aos recreios.

O horário de aula é dividido em um único turno: matutino.

Anos iniciais: 7h às 11h e 15m

Anos finais: 7h às 11h e 25m

A jornada de trabalho compreende no mínimo 20 horas semanal.

Serão priorizados os dias destinados às reuniões pedagógicas.

No calendário escolar são previstos 200 dias letivos com início e término do ano letivo, os dias destinados ao planejamento escolar e à capacitação dos professores, reuniões pedagógicas, sábados letivos com frequência mínima de 50% dos alunos, dias de férias e recesso.

Considera-se como Dia Escolar: as capacitações, programações culturais, cívicas e pedagógicas do município, e o planejamento escolar.

O conselho de Classe reunirá uma vez por bimestre.

A recuperação é paralela durante todo o ano letivo.

Projeto: Dia Nacional da Consciência Negra (trabalhado através de projetos)

Hino Nacional Brasileiro - Lei nº 12.031 de 21/09/2010 é executado semanalmente.

A escola tem autonomia para definir outros dias para recesso escolar, observando os eventos locais em comum acordo com a Secretaria Municipal de Educação, em virtude do transporte escolar da comunidade e do cumprimento de, no mínimo, 200 dias letivos.

5 PROCESSOS DE DECISÃO

Ao se falar em processos de decisão, estão envolvidos todos que tem alguma ligação com a escola e é fundamental a participação dos pais. Potencializa-se a oportunidade de poder compartilhado, traçando e mobilizando a comunidade escolar para a resolução de problemas, aumentando o poder de decisão das pessoas, das ações planejadas e da aprendizagem e de transformação das práticas educativas.

De acordo com Santos et al (1993),

“a direção de uma organização especializada como a escola, é crucial para seu efetivo desenvolvimento”. A tarefa substantiva e instrumental do diretor é criar condições adequadas para realização dos objetivos para qual a escola foi criada. (SANTOS et al, 1993, sem pag)

Na Rede Municipal, o diretor é escolhido pelo Prefeito e pela Secretária de Educação, exercendo cargo comissionado. Para que se tenha eleição para eleger diretores é necessária uma grande mudança, que envolve a lei orgânica da cidade, e ainda o plano político.

A Secretaria Municipal de Educação dispõe de uma coordenadora dos Anos Iniciais, uma Coordenadora dos Anos Finais e uma Psicopedagoga que realizam reuniões mensalmente e quando se fizer necessário com Diretores e Especialistas. Promove também capacitações para todos os envolvidos em educação.

A Diretora e a Especialista, no período extra turno, em dias alternados, comparecem a Secretaria Municipal de Educação para tratar com as coordenadoras de assuntos pedagógicos, repasse de informações, solicitação de documentos, dentre outros.

Em nossa Escola se estabelece a gestão participativa: a comunidade participa efetivamente, discutindo e decidindo coletivamente seus rumos; a participação ocorre de forma sistemática por meios de órgãos colegiados. Na organização formal, o fluxo de tarefas das ações e principalmente das decisões é orientado por procedimentos formalizados, prevalecendo as relações hierárquicas.

O papel do Diretor é de identificar oportunidades e mobilizar pessoas para a participação dentro dos limites e das estruturas em lei; com a prática do diálogo e da transparência para cumprir os mecanismos da democratização da escola como Caixa Escolar e Colegiado.

❖ **Caixa Escolar**

É uma entidade social e que viabiliza a aplicação dos recursos, de acordo com as prioridades aprovadas pelo Colegiado Escolar.

A diretoria da Caixa Escolar é constituída de um presidente representado pela Diretora. O Secretário e o Tesoureiro e seus respectivos suplentes serão escolhidos bienalmente, pela Assembleia Geral; o primeiro dentre os pais de alunos ou responsáveis e o segundo, dentre os profissionais ou da administração da escola, permitida a reeleição.

Em reunião de Assembleia, a Diretora explicita o que compete a cada representante, registrando em ata e assinada por todos os participantes.

Cabe ao Presidente e ao Tesoureiro a responsabilidade de assinar cheques.

As deliberações da Diretoria são tomadas por maioria dos votos.

O Conselho Fiscal compõe-se de 3 (tres) membros efetivos e de 3 (tres) suplentes, escolhidos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, dentre os pais de alunos ou responsáveis e pessoas da comunidade.

❖ **Colegiado Escolar**

O Colegiado tem funções de caráter deliberativo e consultivo.

As funções de caráter deliberativo compreendem a tomada de decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras.

As funções de caráter consultivo compreendem a emissão de pareceres, quando consultado pelo Diretor e ou pela Comunidade Escolar:

- Situações decorrentes das ações pedagógicas, administrativas e financeiras;
- Proposições de procedimentos para a melhoria da qualidade do trabalho escolar.

O Colegiado será composto pelo Diretor, que o presidirá e, por 6 (seis) no mínimo, e no máximo, 12 (doze) membros representantes como: professores, especialista, profissionais, pais e devidamente registrado em cartório.

O mandato dos membros do Colegiado será de 2 (dois) anos e terminará no mês de março, quando serão eleitos os novos membros.

Baseado nas reflexões de Souza, 2005 “É preciso ampliar a democracia em todas as esferas educacionais da escola ao sistema”.

Assim, para democratização da gestão do sistema ou da rede de ensino, vemos como fundamental que se organizem pelo menos instrumentos como:

- a) Conferência da Educação;
- b) Conselho Municipal de Educação;
- c) Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF;
- d) Outros Conselhos específicos do sistema;
- e) Orçamento Participativo;
- f) Eleições dos dirigentes escolares.

No âmbito da escola, há outras instituições que tem funcionado bem a favor da democracia:

- a) Conferência Local da Comunidade Escolar;
- b) Conselho de Escola;
- c) Rotatividade no quadro de dirigentes da escola;
- e) Associação de pais;
- f) Grêmios Estudantil.

Estas instituições auxiliam de forma importante a ampliação da democracia nos processos de gestão e organização da escola. Todavia, isso tudo, pode significar muito pouco se o princípio democrático não estiver sustentado a organização dessas instituições, isto é, de pouco vale a criação de conselhos, conferências e eleição se não há disposição dos profissionais que atuam na escola ou no sistema de ensino, ou dos estudantes e de seus familiares, ou mesmo da sociedade em geral, na edificação de espaços para o diálogo, nos quais todos independente da condição social ou vínculo com a educação, possam participar opinando e tendo suas opiniões ouvidas.

6 RELAÇÕES DE TRABALHO

Cuidar do ambiente de trabalho, sempre no sentido de reforçar positivamente as atitudes e o esforço de cada um, é compromisso da Escola, assim como promover o trabalho compartilhado num ambiente acolhedor, considerando os direitos, deveres e responsabilidades individuais, de acordo com as atribuições de cada cargo.

É preciso considerar atitudes relevantes como: chamar as pessoas pelo nome, sendo cordial, lembrar as datas dos aniversários, ser atencioso ao ouvir as pessoas. Quando precisar chamar atenção, que o faça de forma ponderada. Priorize o trabalho em equipe, destacando os valores e possibilidades de cada um.

Cabe ao diretor e ao especialista, ser intermediador e manter uma convivência harmoniosa entre profissionais e alunos da escola, para garantir o cumprimento das metas estabelecidas.

Os conflitos de relação são pouco frequentes na escola, seja aluno/aluno, professor/aluno, professor/professor/direção.

Quando ocorre casos de conflitos com alunos, de preferência são resolvidos pelo professor, quando essa estratégia não é possível, os alunos são encaminhados a direção, onde é atendido pela Especialista e pela Diretora.

Precede às medidas disciplinares aos discentes:

- Discutir os valores sociais com os alunos, sensibilizando-o para a solidariedade e o espírito de grupo, que devem nortear a convivência em sociedade;
- Estimular a auto-avaliação do aluno acerca de seu comportamento;
- Prestar esclarecimentos ao aluno sobre as consequências da indisciplina na aprendizagem;
- Promover orientação ao aluno quanto à possibilidade de mudança de postura, com intuito de elevar sua estima.

A família é comunicada por bilhete de solicitação de comparecimento a escola, arquivado com a assinatura do responsável. Conflitos graves que excederem essas medidas são buscados auxílios no Conselho Tutelar.

Conflitos com professores e funcionários são preferencialmente resolvidos na escola, através de um diálogo transparente, registrado em ata. Quando não resolvidos são encaminhados a Secretária Municipal de Educação.

É fundamental a participação da família no processo de aprendizagem. Os pais precisam acompanhar a vida escolar dos filhos, participando das reuniões promovidas pela escola e atendendo a solicitação quando se fizer necessário.

O envolvimento da família com a escola e com os professores é um processo ainda a desejar, uma vez que muitos pais não tem meios de locomoção para ir até a escola, o que dificulta esse envolvimento das famílias na zona rural, que gradualmente vem se efetivando através de bilhetes aos pais incentivando prestigiar o esforço do professor e aluno em preparar as apresentações para os eventos.

A Diretora faz combinados de incentivo aos alunos que conseguem trazer os pais para a escola; é concedido através de combinados ganhar um ponto de conceito apenas em uma disciplina que o mesmo está precisando de ponto; o qual está sendo consolidado com êxito à realidade da escola. E os demais alunos para não serem prejudicados ganharão um ponto de conceito na sala de aula se fizerem por merecerem.

7 AVALIAÇÃO

A avaliação escolar é um instrumento essencial no processo de ensino, que através da verificação dos resultados obtidos, norteia objetivos e orienta as decisões a serem tomadas em relação às atividades didáticas.

A avaliação deve incorporar, além da dimensão cognitiva, as dimensões cultural, social, biológica e afetiva, que fazem parte do processo integral da aprendizagem. Deve ser compreendida como parte integrante do processo pedagógico, com o objetivo de identificar os avanços e diagnosticar as necessidades de reorientação das ações educativas.

A avaliação da aprendizagem, como parte integrante do processo pedagógico, tem a função precípua de orientar o processo educativo, de modo a possibilitar:

- O atendimento diferenciado aos alunos;
- As adequações no plano didático tendo em vista os objetivos curriculares;
- O registro de informações acerca do desempenho escolar do aluno.

Cabe à escola, assessorada pelos Especialistas, Equipe Gestora da Escola e Secretaria Municipal de Educação criar estratégias para a organização e reorganização do tempo e do espaço escolares, bem como o melhor aproveitamento do seu corpo docente, de modo a possibilitar ações pedagógicas para o atendimento diferenciado de alunos com dificuldades de aprendizagem, no tempo em que elas surgirem, com as seguintes estratégias:

- Recuperação paralela ministrada pelo professor regente;
- Atendimento diferenciado ministrado pelo professor recuperador;
- Acompanhamento dos pais.

Os resultados da avaliação da aprendizagem realizada pela escola e os resultados dos Programas de Avaliação externa devem ser considerados no planejamento didático.

Os alunos são avaliados ao longo de todo o ano com apresentação de resultados, de modo a permitir o acompanhamento constante de seu desempenho.

A avaliação do processo de aprendizagem é baseada em objetivos educacionais definidos para cada ano, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos alunos.

Ao final de cada ano deve haver uma avaliação global do desenvolvimento dos alunos em relação aos objetivos do ano em que se encontram de forma a

orientar o planejamento didático do ano seguinte, garantindo a continuidade do processo de aprendizagem.

O processo de avaliação dos alunos é sistemático, periódico e contínuo.

Na verificação do rendimento escolar observam-se os critérios:

- Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- Possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- Possibilidade de avanço nos cursos e nos anos mediante verificação da aprendizagem;
- Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- Necessidade de estudos de recuperação paralela.

Os resultados das avaliações dos 1º, 2º e 3º ano são apresentados utilizando-se conceitos.

Os resultados das avaliações das turmas de 4ª ao 9ª ano do Ensino fundamental são apresentados através de notas e conceitos, bem como a apuração de assiduidade constam dos registros escolares.

A verificação do rendimento escolar é processo contínuo do qual devem participar a direção, especialistas, professores e alunos.

A avaliação do processo de aprendizagem no Ensino Fundamental deve ser contínua, diagnóstica e formadora visando o desenvolvimento global dos alunos, baseada em objetivos definidos para cada ano de escolaridade, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos alunos.

É garantido aos pais o acesso aos resultados das avaliações da aprendizagem de seus filhos.

Os resultados da avaliação da aprendizagem devem ser comunicados bimestralmente aos pais e alunos por escrito, utilizando-se notas ou conceitos e informados sobre as estratégias de atendimento pedagógico diferenciadas pela escola.

A Recuperação Paralela é adotada nos Anos Iniciais e Finais do Ensino fundamental.

O acompanhamento e a avaliação dos resultados dos alunos devem possibilitar:

- Replanejamento didático, visando garantir o processo de ensino e aprendizagem;
- Permanente informação ao aluno de seu desempenho em relação aos objetivos do currículo;
- Planejamento dos estudos de recuperação de acordo com as necessidades do aluno;
- Fornecimento dos dados para auto-avaliação da escola e informação à comunidade quanto aos resultados do trabalho escolar.

Os processos de avaliação aferem, preferencialmente, a compreensão dos fatos, a percepção de relações, aplicação de conhecimento, as habilidades, competências e automatismo adquiridos, evitando a aferição de dados apenas memorizados.

A avaliação é usada como estratégia para obter as informações pertinentes sobre o processo de aprendizagem, realizar o diagnóstico e redirecionar os rumos da prática pedagógica, sempre que necessário.

Para fins de aprovação do aluno exige-se a frequência mínima, obrigatória de 75% da carga horária total anual e um mínimo de aproveitamento em relação aos objetivos definidos para os conteúdos curriculares do nível que se encontra.

Participam da avaliação todas as pessoas diretamente ligadas ao processo ensino-aprendizagem.

Vários instrumentos de medidas são utilizados, tais como provas, testes, trabalhos individuais ou em equipe, pesquisas, observações, dinâmicas e outros, devendo o professor selecioná-los de acordo com a natureza da matéria e o tratamento metodológico adotado.

Os instrumentos de avaliação devem ser elaborados pelos professores e avaliados pelos especialistas, de acordo com o currículo.

A auto-avaliação do aluno deve ser adotada por constituir instrumento indispensável ao seu desenvolvimento no processo ensino e aprendizagem.

Os resultados da avaliação devem ser submetidos à apreciação do Conselho de Classe, da Direção e Especialistas da escola, para fins de reorientação e encaminhamento devido.

Cabe ao Conselho de Classe, proceder a avaliação do aluno em cada disciplina, com análise periódica de resultados, de modo a permitir ao final do

período, recomendar alternativas pedagógicas adequadas às características de cada aluno.

Na avaliação do aproveitamento do aluno do Ensino Fundamental – Anos Iniciais (4º e 5º ano) e Anos Finais (6º a 9º ano), é adotado o sistema de pontos cumulativos, no valor total de 100 (cem) pontos, conforme a distribuição abaixo:

- 1º Bimestre – 20 pontos
- 2º Bimestre – 20 pontos
- 3º Bimestre – 30 pontos
- 4º Bimestre – 30 pontos

A distribuição de pontos de cada bimestre fica a cargo dos professores, em conformidade com o especialista de educação oferecendo várias oportunidades ao aluno.

Na avaliação do aproveitamento do aluno do Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º, 2º, 3º ano) são utilizados os conceitos:

- Muito Bom
- Bom
- Regular
- Fraco

Do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental são utilizados os conceitos acima citados nas respectivas disciplinas: Parte Diversificada, Educação Religiosa e Artes.

Do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental na Parte Diversificada de Educação Física é adotado o sistema de pontos.

➤ **Avaliação externa**

São informações sobre o Sistema como um todo. Enquanto a escola lida com índices representados por notas, o resultado do SIMAVE/PROALFA/PROEB apresenta proficiência de desempenho, segundo as capacidades dos alunos avaliados.

A avaliação externa utiliza instrumentos elaborados de fora da escola e tem como objetivo identificar as desigualdades educacionais, fornecer subsídios para

reformas e políticas educacionais e promover a melhoria do ensino e as políticas de equidade.

Temos, em nossa escola, os seguintes sistemas de avaliação externa:

- SAEB - Sistema Nacional da Avaliação da Educação Básica
 - ANEB (amostral) e Avaliação Nacional da Educação Básica
 - ANRESC (censitária) Avaliação Nacional do Rendimento Escolar=Prova Brasil
 - SIMAVE- Sistema Mineiro de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (avalia anualmente os alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e os do 3º ano do ensino médio. Seus resultados possibilitam o delineamento de políticas voltadas à melhoria da qualidade do ensino, e fornecem às escolas subsídios para o redirecionamento de seus projetos pedagógicos visando maior eficácia)
 - PROEB - Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica
 - PROALFA - Programa de Avaliação da Alfabetização (avalia anualmente os alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Seus resultados possibilitam o delineamento de políticas voltadas à melhoria da qualidade do trabalho realizado durante a alfabetização)
 - PAAE -Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar

- **IDEB- Índice De Desenvolvimento Da Educação Básica**

Segundo INEP: <http://portalideb.inep.gov.br>, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações

Para que pais e responsáveis acompanhem o desempenho da escola de seus filhos, basta verificar o Ideb da instituição, que é apresentado numa escala de zero a dez. Da mesma forma, gestores acompanham o trabalho das secretarias municipais e estaduais pela melhoria da educação.

IDEB - Resultados e Metas	
4ª Série / 5º ano - 8ª Série / 9º ano	
Ideb Observado	Metas projetadas

Escola	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
EM Maria do Carmo Mendes			4,7	4,8			4,9	5,2	5,5	5,7	6,0	6,3

IDEB - Resultados e Metas												
4 ^a Série / 5 ^o ano - 8 ^a Série / 9 ^o ano												
	Ideb Observado				Metas projetadas							
Escola	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
EM Maria do Carmo Mendes			3,9	...			4,0	4,3	4,6	4,9	5,2	5,4

O resultado do IDEB possibilitou a equipe constatar mudanças e a refletir sobre o resultado, traçar metas a serem alcançadas durante o ano letivo, de forma que todos tomaram conhecimento e discutiram as ações voltadas para a melhoria da qualidade do ensino.

A responsabilidade é de todos: pais, professores, funcionários, especialista, diretor, num amplo movimento de mobilização da comunidade escolar para refletir, discutir e agir para melhoria da qualidade da escola.

Ações da equipe para melhorar o desempenho dos alunos:

- Diretor e Especialista motivar a equipe e estimular a troca de experiência entre professores;
- Promover reuniões com os pais para informar sobre os resultados e desafios apontados para alcançar o conhecimento que deverá ser dominado pelos alunos para atingir as metas;

- Envolvimento da família como fator fundamental da aprendizagem dos filhos;
- Professores acompanhar a frequência dos alunos e 3 (três) dias consecutivos comunicar a direção para entrar em contato com os pais através de bilhetes e arquivar na escola com a assinatura do responsável ou contato por telefone. Caso o aluno ainda continue infrequente, comunicar ao Conselho Tutelar;
- Oferecer reforço e apoio para todos os alunos que têm ritmos diferentes de aprendizagem e que precisam de atendimento especializado.

A Secretaria Municipal de Educação aderiu o (PIP) Plano de Intervenção Pedagógica/Alfabetização no Tempo Certo, com a seguinte meta: "Toda criança lendo e escrevendo até os oito anos de idade".

A Coordenadora Pedagógica dos Anos Iniciais e a Psicopedagoga serão as responsáveis por acompanhar e monitorar a execução do Plano de Intervenção Pedagógica para garantir a efetiva implantação na Rede Municipal de Ensino com o objetivo de melhorar o desempenho do aluno garantindo assim sucesso de sua trajetória escolar.

➤ **Recuperação Paralela**

A recuperação paralela deve estar apoiada em estratégias de atendimento diferenciado, para garantir a efetiva aprendizagem dos alunos. A recuperação deve acontecer concomitante ao processo educativo, para garantir ao aluno a superação das dificuldades do percurso escolar.

Os estudos de recuperação em cada conteúdo curricular são proporcionados obrigatoriamente pelo professor, paralelamente, ao período escolar, no momento em que se manifestar a deficiência na aprendizagem, a fim de possibilitar ao aluno melhor acompanhamento das sequências dos estudos. São de caráter obrigatório, tendo como consequência o processo de avaliação continuada e visam garantir ao aluno a superação de suas dificuldades.

Após a verificação do rendimento escolar do aluno é considerado aprovado se obtiver como resultado final, em cada disciplina, valor igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

➤ **Promoção**

Considera os três primeiros anos do Ensino Fundamental como se fosse um bloco sem interrupção, significando que não deve haver neste início do Ensino Fundamental a retenção privilegiando a alfabetização e letramento, além das diversas formas de expressão conforme Art. 30 inciso III parágrafo primeiro da resolução CNE/CEB n.07 de 14/12/2010.

É considerado aprovado o aluno que, ao final do 4º ao 9º ano tenha atingido as proficiências mínimas necessárias em cada conteúdo, após oferecidas todas as formas de recuperação paralela.

Após a análise criteriosa de desempenho dos alunos caso a caso, fazendo apreciação dos aspectos qualitativos do desempenho do aluno, o conselho de classe analisa os resultados, deliberando sua promoção ou reprovação, considerando aprovado o aluno do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental com aproveitamento igual ou superior a 60 pontos.

A decisão do Conselho de Classe é soberana, valendo a conclusão da maioria.

➤ **Retenção de Alunos**

Pode ser retido, ao final do ano o aluno do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental com desempenho inferior a 60 pontos em uma ou mais disciplinas, após esgotadas todas as estratégias de recuperação paralela previstas pela escola e após análise criteriosa do desempenho dos alunos, caso a caso pelo Conselho de Classe.

Pode ficar retido, o aluno com frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária geral de todos os conteúdos no período relativo ao ano em que estão, após oferecidas as estratégias de estudos de recuperação paralela se não tiver aproveitamento suficiente durante o ano letivo.

Os alunos com frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento), porém com desempenho satisfatório, devem ser submetidos ao processo de

reclassificação, cabendo a Comissão de Avaliação, a execução e registro desse processo em livro próprio.

➤ **Classificação e Reclassificação do Aluno**

A Escola pode proceder a classificação do aluno para posicioná-lo no ano:

- por ocasião da matrícula inicial;
- por transferência de outras escolas situadas no país ou no exterior;
- por promoção na própria escola;
- por avaliação independente da escolarização anterior.

A classificação tem o objetivo de ajustar o aluno de acordo com suas experiências, seu nível de desempenho.

A Escola pode proceder a Reclassificação do aluno para adaptá-lo e/ou reposicioná-lo no ano, de acordo com a idade, experiência e nível de desempenho, no sentido de reforçar a auto-estima positiva, o gosto pelos estudos e pela escola.

A reclassificação pode ser feita quando ocorrer:

- Avanço;
- Aceleração
- Transferência, indicando uma posição do aluno que será modificada na escola de destino;
- Déficit de frequência.

Somente o aluno que comprove aproveitamento suficiente tem direito ao processo de reclassificação por frequência.

A decisão de reclassificação deve decorrer da manifestação de uma comissão presidida pela Direção da Escola e que tenha representantes docentes do curso ou nível no qual o aluno deva ser reclassificado.

Os documentos que fundamentam a classificação ou reclassificação de cada aluno são arquivados na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizarmos as considerações finais, ressaltamos que o Projeto Político Pedagógico constitui-se na referência norteadora de um processo coletivo para articular e construir espaços participativos para apontar mudanças na direção de uma forma educativa e cultural, de qualidade para a formação de sujeito crítico, solidário, comprometido, criativo e participativo, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento.

Compete ao diretor responder às instâncias superiores do sistema de ensino, para que a consolidação da sua gestão se efetive por meios de processo de articulação e de incentivador entre todos os que compõem a comunidade escolar e de ações colegiadas na escola, que venham a possibilitar o processo de discussão com professores, funcionários, alunos e pais de alunos e a tomada de decisão em conjunto acerca das problemáticas em que a escola está envolvida, apontando para soluções das mesmas.

Na Escola Municipal Maria do Carmo Mendes, o Projeto Político Pedagógico foi o ponto de partida para que pudéssemos encontrar uma direção e apontar o que se pretendia, ou seja, uma ação orientada e de organização de um processo coletivo onde todos se sintam sujeitos participativos e atuantes. Nasce da necessidade de mudança e de correção de rumos e ajuda a identificar a escola e a definir caminhos que devem ser seguidos. É um documento essencial, deve ser elaborado coletivamente e ser colocado em prática e todos trabalhem de forma participativa preocupados com a formação do aluno como cidadão. O aluno precisa de um ambiente acolhedor, ser bem recebido, ter um atendimento receptivo por parte de todos que fazem parte da escola.

O Projeto Político Pedagógico da escola socializa saberes. É político porque faz parte da esfera dos direitos e é pedagógico porque faz parte do ser na concepção do mundo e cabe a escola sistematizar e socializar cada cidadão, buscar a sua identidade, buscar a alma do povo, a forma de ver o mundo, o diálogo com as particularidades, dar espaço de criação de liberdade.

Deverá expressar qual é o caminho, o eixo e a finalidade do trabalho escolar. Ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático e de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo

com a rotina burocrática no interior da escola. É elaborado no sentido de planejar o que a escola tem que fazer a partir do que é possível construir, o que se pretende realizar com seus alunos, tendo em vista as necessidades da clientela, da população e das necessidades na qual a comunidade está inserida.

As mudanças, para serem efetivas, precisam ser assimiladas pela comunidade escolar, que criam e recriam o cotidiano da escola. Por isso, antes de qualquer iniciativa de mudança é preciso ter uma "escuta", ou seja, ouvir de modo qualificado todas as vozes da escola e promover uma série de atitudes:

- Diagnosticar as necessidades dos alunos;
- O professor ter autonomia para desenvolver suas atividades;
- Elaborar projeto coletivo
- O professor trabalhar efetivamente em grupo, criar parceria para troca de experiência;
- Interdisciplinaridade englobando todos os conteúdos;
- O professor promover formas que desperte o interesse do seu educando, ser agente de mudança;
- Profissionais engajados e abertos as capacitações e as transformações;
- Diretor, professores, pais e alunos caminhando juntos e abertos ao diálogo;
- Professor estudar, avaliar e executar o PPP que ele ajudou a construir;
- A direção realizar reuniões com professores, pais, alunos, ver a situação da escola e definir metas e objetivos.

Ao desenvolver os detalhes da escola, o Projeto Político Pedagógico revela os fragmentos do ensino, descobre a sociedade e seus valores, transcende a sala de aula.

A educação está no coração da sociedade. A escola é a agência da cidadania, chama os valores da comunidade para dentro da escola, formando cidadãos para agir, interagir e a se modificar perante a sociedade.

A escola dever ser geradora de protagonismo, conduzir toda a comunidade escolar como co-pilotos e porta voz de direitos, saberes e conhecimento no processo educacional.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins. **O projeto político pedagógico no contexto da gestão escolar.**

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito a Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola.** Especialização em Gestão Escolar, Escola de Gestores, UFMG.

INEP/MEC. **SAEB 2003.** Brasília, Inep/MEC, 2004. Disponível em *INEP*: <http://portalideb.inep.gov.br>

NÓVOA, Antônio (Coordenador). **As organizações escolares em análise.** Lisboa: Dom Quixote, 1999.

SANTOS Filho, José Camilo dos; CARVALHO, Maria Lúcia R. D. and GONCALVES, Clara Germana de Sá. **Administração educacional como processo de mediação interna e externa à escola.** *Paidéia (Ribeirão Preto)* [online]. 1993, n.5, pp. 39-52. ISSN 0103-863X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1993000200004>.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et al. **Planejamento e trabalho coletivo.** Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. Da UFPR. 2005.

TOSHI, Mirza S, FONSECA, Marília, OLIVEIRA, João F. **A relação entre o plano de desenvolvimento da escola (PDE) e o projeto político-pedagógico da escola (PPP): concepção e avaliação.** Goiânia, 2004.

UNESCO.Laboratório **Latinoamericano de Evaluación de La Calidad de La Educación LLECE. Estudio cualitativo de escuelas con resultados destacables em siete países latinoamericanos.** Santiago de Chile, septiembre de 2002.

ANEXOS

Matriz Curricular é o conjunto de indicações norteadoras de estratégias de ensino nas Escolas. O Projeto Político Pedagógico espelha as diretrizes de ensino cujo desenvolvimento deve ser obrigatório para todos os alunos.

Escola Municipal Maria do Carmo Mendes		2013
Zona Rural		
Bairro São Domingos	Elói Mendes	

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS											
Base Nacional Comum		1º ano		2º ano		3º ano		4º ano		5º ano	
		AS	CH.A	AS	CH.A	AS	CH.A	AS	CH.A	AS	CH.A
	Língua Portuguesa	6	240:00:00	7	280:00:00	6	240:00:00	6	240:00:00	6	240:00:00
	Matemática	5	200:00:00	6	240:00:00	5	200:00:00	4	160:00:00	5	200:00:00
	Geografia	1	40:00:00	1	40:00:00	2	80:00:00	2	80:00:00	2	80:00:00
	Historia	1	40:00:00	1	40:00:00	2	80:00:00	2	80:00:00	2	80:00:00
	Ciências da Natureza	1	40:00:00	2	80:00:00	2	80:00:00	2	80:00:00	2	80:00:00
	Arte	1	40:00:00	1	40:00:00	1	40:00:00	1	40:00:00		00:00:00
	Ed. Física	1	40:00:00	1	40:00:00	1	40:00:00	1	40:00:00	1	40:00:00
	Ensino Religioso	1	40:00:00	1	40:00:00	1	40:00:00	1	40:00:00	1	40:00:00
Parte Diversificada	Cidadania e Direitos Humanos		00:00:00		00:00:00		00:00:00	1	40:00:00		00:00:00
	Psicomotricidade	1	40:00:00		00:00:00		00:00:00		00:00:00		00:00:00
	Música	1	40:00:00		00:00:00		00:00:00		00:00:00		00:00:00
	Literatura Infantil	1	40:00:00		00:00:00		00:00:00		00:00:00		00:00:00
	Língua Estrangeira Moderna Inglês		00:00:00		00:00:00		00:00:00		00:00:00	1	40:00:00
				00:00:00		00:00:00		00:00:00		00:00:00	
Total:	Carga Horária Anual	20	800:00:00	20	800:00:00	20	800:00:00	20	800:00:00	20	800:00:00

Dias letivos Semanais	5
Dias letivos	200
Nº de aulas semanais	40
Duração modulo aula	1:00

OBSERVAÇÕES:
MATRIZ CURRICULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL REGIDA NOS TERMOS DA LEI 9394/96 E RESOLUÇÃO CEE/CEB 07/2010. Ensino Religioso de oferta obrigatória pela escola e matrícula facultativa para o aluno. A escola oferecerá no cômputo da carga horária, atividades para os alunos que não optarem pelo Ensino Religioso.

Escola Municipal Maria do Carmo Mendes		2013
Zona Rural		
Bairro São Domingos	Elói Mendes	

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS									
Base Nacional Comum LEI 9394/96	Disciplinas	6ºAno		7ºAno		8ºAno		9ºAno	
		AS	CH.A	AS	CH.A	AS	CH.A	AS	CH.A
	Língua Portuguesa	6	200:00:00	6	200:00:00	6	200:00:00	6	166:40:00
	Matemática	5	166:40:00	5	166:40:00	5	166:40:00	5	166:40:00
	Geografia	3	100:00:00	3	100:00:00	3	100:00:00	3	100:00:00
	Historia	3	100:00:00	3	100:00:00	3	100:00:00	3	100:00:00
	Ciências da Natureza	3	100:00:00	3	100:00:00	3	100:00:00	3	100:00:00
	Arte		0:00:00		0:00:00		0:00:00	1	33:20:00
	Ed. Física	2	66:40:00	2	66:40:00	2	66:40:00	2	66:40:00
	Ensino Religioso	1	33:20:00	1	33:20:00	1	33:20:00	1	33:20:00
Parte Diversificada	Inglês	2	66:40:00	2	66:40:00	2	66:40:00	2	66:40:00
			0:00:00		0:00:00		0:00:00		0:00:00
			0:00:00		0:00:00		0:00:00		0:00:00
			0:00:00		0:00:00		0:00:00		0:00:00
Total	Carga Horária Anual	25	833:20:00	25	833:20:00	25	833:20:00	25	833:20:00

Dias letivos Semanais	5
Dias letivos	200
Nº de aulas semanais	40
Duração modulo aula	0:50

OBSERVAÇÕES:

MATRIZ CURRICULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL REGIDA NOS TERMOS DA LEI 9394/96 E RESOLUÇÃO CEE/CEB 07/2010. Ensino Religioso de oferta obrigatória pela escola e matrícula facultativa para o aluno. A escola oferecerá no cômputo da carga horária, atividades para os alunos que não optarem pelo Ensino Religioso.

CALENDÁRIO ESCOLAR

CALENDÁRIO 2013

41ª Superintendência Regional de Ensino – Varginha – MG

Estabelecimento: Escola Municipal Maria do Carmo Mendes

Modalidade de Ensino: 1º ao 9º ano Ensino Fundamental

Município: Elói Mendes - MG

JANEIRO (0)							FEVEREIRO (16)							MARÇO (19)						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5						1	2						1	2
6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	3	4	5	6	7	8	9
13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16	10	11	12	13	14	15	16
20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23	17	18	19	20	21	22	23
27	28	29	30	31			24	25	26	27	28			24	25	26	27	28	29	30
														31						
ABRIL (22)							MAIO (19)							JUNHO (21)						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6				1	2	3	4							1
7	8	9	10	11	12	13	5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8
14	15	16	17	18	19	20	12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15
21	22	23	24	25	26	27	19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22
28	29	30					26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29
														30						
JULHO (12)							AGOSTO (21)							SETEMBRO (20)						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6					1	2	3	1	2	3	4	5	6	7
7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14
14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21
21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28
28	29	30	31				25	26	27	28	29	30	31	29	30					
OUTUBRO (17)							NOVEMBRO (20)							DEZEMBRO (13)						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5						1	2	1	2	3	4	5	6	7
6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	8	9	10	11	12	13	14
13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16	15	16	17	18	19	20	21
20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23	22	23	24	25	26	27	28
27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30	29	30	31				
							31													

LEGENDA	DIAS LETIVOS			
	Mês	Nº Dias	Mês	Nº Dias
Feridos	Janeiro	0	Julho	12
Dia Nacional Consciência Negra	Fevereiro	16	Agosto	21
Recessos	Março	19	Setembro	20
Início e Término do Ano Letivo	Abril	22	Outubro	17
Seminário	Maio	19	Novembro	20
Sábados Letivos	Junho	21	Dezembro	13
Férias	Recuperação será paralela durante o ano letivo.			
Reunião Pedagógica	Hino Nacional Brasileiro – Lei nº 12.031 de 21 de setembro de 2010 – executado semanalmente			
Total de dias letivos: 200				

Elói Mendes, 09 de janeiro de 2013

Eliane Aparecida Oliveira Bruzigues
Secretária Municipal de Educação e Cultura